



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAPECURU MIRIM MA
CURSO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA

MARCOS VINICIUS NASCIMENTO CONCEIÇÃO

**O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NO ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA PARA O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA -
TEA**

Itapecuru Mirim

2023

MARCOS VINICIUS NASCIMENTO CONCEIÇÃO

**O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NO ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA PARA O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
– TEA**

Monografia de graduação apresentada ao curso de Letras licenciatura em Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof (a) Esp. Katiana Oliveira dos Santos

Itapecuru Mirim

2023

Conceição, Marcos Vinicius Nascimento

O papel do professor como mediador no ensino da língua Portuguesa para o aluno com transtorno do espectro autista – tea / Marcos Vinicius Nascimento Conceição. – Itapecuru-Mirim, MA, 2023.

50 f

Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Estadual do Maranhão, Campus Itapecuru-Mirim, 2023.

Orientadora: Profa. Esp. Katiana Oliveira dos Santos

1. Transtorno do espectro autista- TEA. 2. Professor mediador. 3. Língua Portuguesa. 4. Inclusão. I. Título

Elaborado por Cássia Diniz- CRB 13/910

MARCOS VINICIUS NASCIMENTO CONCEIÇÃO

**O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR NO ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA PARA O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
– TEA**

Monografia de graduação apresentada ao curso de Letras licenciatura em Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof (a) Esp. Katiana Oliveira dos Santos

Aprovado em:

Katiana Oliveira dos Santos
(Orientadora)

Avaliador 1

Avaliador 2

Dedico este trabalho a Deus Todo-Poderoso, que é o pilar da minha vida, e também dedico ao meu falecido pai, José Raimundo Cunha de Andrade, que muito me ensinou e contribuiu para que eu me tornasse a pessoa íntegra que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado com Sua graça para concluir mais uma etapa da minha vida.

A minha família, e em especial a minha esposa Milene Ribeiro Nascimento, pela paciência e companheirismo durante essa trajetória.

A minha orientadora, Prof. (a) Katiana Oliveira dos Santos, que atenciosamente me orientou na construção desse Trabalho de Conclusão de Curso.

E a minha amiga Bianca Silva, por ter prestado toda a assistência necessária no encerramento de mais um ciclo.

“Se não estivermos dispostos a pagar um preço por nossos sonhos, se não estivermos dispostos a fazer alguns sacrifícios para realizá-los, então deveríamos nos perguntar se realmente acreditamos neles”.

(Barack Obam)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA- Associação Psiquiátrica Americana;

ABA- Análise Aplicada ao Comportamento;

AEE- Atendimento Educacional especializado;

BNCC- Base Nacional Comum Curricular;

CID- 10- Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde;

DSM-V- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5);

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

PCN's- Parâmetros Curriculares Nacionais;

PECS- Sistema de Comunicação Alternativa e Ampliada;

TEA- Transtorno do Espectro Autista;

TEACCH- Tratamento e Educação de Autistas e Crianças com Défices na Comunicação.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho descritivo, abordando o papel do professor mediador no ensino da língua portuguesa para o aluno com transtorno do espectro autista – TEA. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento e a interação social das pessoas. Alunos com autismo muitas vezes apresentam dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa, o que exige uma abordagem diferenciada por parte dos professores. Nesse contexto, o papel do professor mediador é essencial para promover o ensino e a inclusão desses alunos, ajudando-os a alcançar seu potencial máximo no aprendizado da língua. O ensino da língua portuguesa para alunos com TEA apresenta desafios específicos, uma vez que esses alunos podem ter dificuldades na compreensão e expressão da linguagem. Nesse contexto, o papel do professor mediador é fundamental para proporcionar um ambiente de aprendizado inclusivo e efetivo. O presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir o papel do professor mediador no ensino da língua portuguesa para alunos com TEA, bem como a importância da formação acadêmica e continuada dos professores e as estratégias facilitadoras no processo de aprendizagem. Assim sendo, o ensino da língua portuguesa para alunos com tal transtorno requer a atuação de um professor mediador que possua conhecimento sobre as características do transtorno e estratégias pedagógicas adaptadas. O professor mediador desempenha um papel crucial ao promover a inclusão e garantir o acesso efetivo ao aprendizado da língua portuguesa para esses alunos. É fundamental que o professor esteja preparado para adaptar o currículo, utilizar estratégias de mediação e contar com recursos adequados, visando ao desenvolvimento das habilidades linguísticas e à promoção do sucesso educacional. Portanto, o presente trabalho bibliográfico espera-se contribuir de maneira positiva para a inserção da inclusão e o pleno desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com transtorno do espectro autista- TEA.

Palavras-chaves: Transtorno do espectro autista- TEA, professor mediador, Língua Portuguesa, inclusão.

ABSTRACT

This course completion work is a descriptive bibliographical research, addressing the role of the mediator teacher in teaching the Portuguese language to the student with autism spectrum disorder - TEA. Autism Spectrum Disorder (TEA) is a neurological condition that affects the development and social interaction of people. Students with autism often have difficulties in learning the Portuguese language, which requires a differentiated approach by teachers. In this context, the role of the mediating teacher is essential to promote the teaching and inclusion of these students, helping them to reach their maximum potential in language learning. Teaching Portuguese language to students with TEA presents specific challenges, since these students may have difficulties in understanding and expressing language. In this context, the role of the mediating teacher is fundamental to provide an inclusive and effective learning environment. The present work aims to analyze and discuss the role of the mediating teacher in teaching the Portuguese language to students with TEA, as well as the importance of academic and continuing teacher training and facilitating strategies in the learning process. Therefore, the teaching of the Portuguese language to students with such a disorder requires the performance of a mediating teacher who had knowledge about the characteristics of the disorder and adapted pedagogical strategies. The mediating teacher plays a crucial role in promoting inclusion and ensuring effective access to Portuguese language learning for these students. It is essential that the teacher is prepared to adapt the curriculum, use mediation strategies and have adequate resources, aiming at the development of language skills and the promotion of educational success. Therefore, this bibliographic work is expected to contribute positively to the insertion of inclusion and the full development of the learning of students with autism spectrum disorder - TEA.

Keywords: Autism spectrum disorder- TEA, mediating teacher, Portuguese language, inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DEFINIÇÕES E CONCEITOS.....	15
3	PERCURSO DO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	19
4	O AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO	24
4.1	O papel mediador do professor de língua portuguesa na inclusão do aluno com transtorno do espectro autista – TEA	27
4.2	Desafios vivenciados pelos alunos com TEA	32
5	METODOLOGIA	36
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	38
6.1	A inclusão do aluno com necessidade educacional especial	38
6.2	A formação acadêmica e contínua do professor de língua portuguesa para processo de ensino e aprendizagem do aluno com TEA.....	39
6.3	Estratégias adaptadas para o ensino do aluno com TEA	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1 INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um tema cada vez mais relevante e discutido na sociedade atual. Nesse contexto, o papel do professor como mediador no ensino da língua portuguesa para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ganha uma importância ainda maior. O TEA é um transtorno neurobiológico que afeta a comunicação, interação social e comportamento do indivíduo, e pode apresentar desafios específicos no processo de aprendizagem.

O termo "espectro" é usado para descrever a diversidade de características e níveis de comprometimento encontrados nas pessoas com TEA. Essa condição abrange uma ampla gama de indivíduos, desde aqueles com mobilidade física reduzida e deficiência intelectual até aqueles que têm uma vida relativamente comum.

As dificuldades de comunicação e relacionamento social são sintomas específicos do TEA e variam em intensidade de acordo com o indivíduo. Algumas pessoas com TEA podem apresentar dificuldades nestas áreas, enquanto outras podem ter habilidades sociais mais desenvolvidas, embora ainda enfrentem desafios.

É importante ressaltar que cada pessoa com autismo é única e possui suas próprias características, habilidades e desafios. O suporte adequado, incluindo intervenções terapêuticas e apoio social, pode ajudar a melhorar a qualidade de vida e o funcionamento dessas pessoas, permitindo que elas alcancem seu máximo potencial.

O principal objetivo do professor como mediador é proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades individuais. No caso dos alunos com autismo, é necessário compreender as particularidades desse transtorno e adaptar as estratégias de ensino para atender às suas necessidades específicas.

Nesta perspectiva, o presente trabalho de conclusão de curso pretende explorar em profundidade o papel do professor como mediador no ensino da língua portuguesa para alunos com transtorno do espectro autista, a partir de um procedimento bibliográfico, de natureza básica, com objetivo descritivo.

A inclusão de pessoas com autista no contexto educacional é um tema de grande aceitação e desafios. Sendo assim, este trabalho busca explorar o processo de inclusão de pessoas com TEA na educação brasileira, com foco no papel mediador do professor de língua portuguesa nesse processo. Além disso, serão discutidos os

desafios enfrentados pelos alunos com TEA, bem como as estratégias adaptadas para o ensino desses alunos.

No capítulo 2, serão simplificados as definições e conceitos relacionados ao transtorno do espectro autista, fornecendo um embasamento teórico necessário para compreender as especificidades dessa condição.

Seguidamente, será abordará o percurso do processo de inclusão das pessoas com deficiência no contexto da educação brasileira. Serão discutidos os avanços acontecidos nesse processo, com ênfase na inclusão de pessoas com TEA.

No capítulo 4, será explorado o autismo no contexto escolar inclusivo. Será dado destaque ao papel mediador do professor de língua portuguesa na inclusão do aluno com TEA, reconhecendo sua importância na promoção de um ambiente educacional inclusivo e de qualidade. Além disso, serão discutidos os desafios vivenciados pelos alunos com TEA, considerando suas necessidades específicas no contexto escolar.

No capítulo 5, será apresentada a metodologia utilizada neste estudo, descrevendo os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados.

Os resultados e discussões serão apresentados no capítulo 6. Será concedida a importância da inclusão do aluno com necessidade educacional especial, com foco no contexto do TEA. Além disso, será abordada a importância da formação acadêmica e continuada do professor mediador para o ensino do aluno com autismo, bem como estratégias adaptadas para o ensino desses alunos, visando promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Por meio deste trabalho, busca-se contribuir para a reflexão e o aprimoramento das práticas de inclusão de pessoas com o transtorno do espectro autista no contexto educacional brasileiro. Acredita-se que a compreensão dos desafios enfrentados, o reconhecimento do papel do professor e a adoção de estratégias adotadas podem promover uma educação mais inclusiva e igualitária para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

Será apresentado também, a importância de uma abordagem individualizada, estratégias de comunicação efetiva, a organização de um ambiente protegido, estratégias de ensino diferenciadas, a parceria com a família e a promoção da inclusão e do respeito.

Ao compreender e adotar essas práticas pedagógicas adequadas, o professor poderá facilitar a aprendizagem da língua portuguesa para os alunos com TEA,

promovendo seu desenvolvimento linguístico, comunicativo e social. Além disso, uma educação inclusiva e acolhedora contribui para o fortalecimento da autoestima e confiança desses alunos, permitindo que eles se sintam valorizados e participantes ativos do ambiente educacional.

Por meio desta pesquisa, afim de fornecer perspectivas valiosos sobre o papel do professor como mediador no ensino da língua portuguesa para alunos com TEA, confiante para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes, o estudo desse tema é fundamental para promover uma sociedade mais inclusiva e garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DEFINIÇÕES E CONCEITOS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurológico que compromete diversas áreas do desenvolvimento do indivíduo, dentre elas a dificuldade na aprendizagem. O autismo pode ser considerado leve, moderado ou severo, e é um transtorno onde os sintomas podem parecer diferente em cada indivíduo. “O Autismo é um grave distúrbio do desenvolvimento e do comportamento e que apresenta um alto nível de complexidade, sendo considerado entre os mais severos transtornos manifestados na infância” (FERRARI, 2015, p.25).

As diretrizes mais atualizadas para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista são encontradas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria. O DSM-5 é amplamente utilizado por profissionais de saúde mental em todo o mundo para diagnosticar o TEA, e a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, CID-10.

O CID-10, que significa Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, é uma classificação amplamente utilizada para descrever e categorizar diferentes condições médicas. No CID-10, o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é classificado como F84.0. Os traços característicos de um indivíduo com TEA podem variar amplamente, pois o espectro engloba diferentes graus de gravidade e manifestações clínicas. No entanto, existem algumas características gerais que são frequentemente observadas em pessoas com TEA.

De acordo com o CID 10 são comportamentos característicos de um indivíduo com TEA.

“Falta de contato visual com o interlocutor; Estereotípias; Ecolalia imediata ou retardada; Interesse demasiado em um determinado assunto; Uso insatisfatório de sinais sociais; Ataques de birra e autoagressão; Isolamento; Autolesão; A Hiper ou hipossensibilidade sensorial onde sons, cheiros, texturas, cores entre outras coisas que implicam a parte sensorial podem lhe causar dor ou falta dela” (CID 10- F84).

O DSM-V descreve os critérios diagnósticos para o TEA com base em dois domínios principais: déficits persistentes na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Além disso, o início dos sintomas deve ocorrer na primeira infância, embora possa ser reconhecido apenas mais tarde. Os sintomas devem causar prejuízo significativo no funcionamento diário.

O DSM-V é a última edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA) decorrente de anos de estudos, revisões e pesquisas feitas por diferentes áreas e profissionais. Segundo os autores Habowski e Campos (2019):

“Dentre os critérios diagnósticos aparecem os déficits de comunicação (verbal e não-verbal) e interação social -dificuldade de estabelecer laços afetivos. Os sintomas que aparecem no decorrer do desenvolvimento vão de movimentos estereotipados ao comprometimento significativo no funcionamento social e profissional do sujeito, e seu prejuízo varia de acordo com o ambiente e o indivíduo. O Transtorno do Espectro Autista engloba transtornos antes definidos em categorias (Ex: autismo infantil precoce, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e Asperger” (HABOWSKI e CAMPOS, 2019, p. 02).

As dificuldades sensoriais são uma característica marcante do Transtorno do Espectro Autista. Muitas pessoas com TEA experimentam diferenças na percepção sensorial, o que pode afetar sua capacidade de processar e responder aos estímulos do ambiente de maneira típica. As dificuldades sensoriais podem ocorrer em várias modalidades, como visão, audição, olfato, paladar e tato. Cada indivíduo pode apresentar sensibilidades sensoriais diferentes e em diferentes graus.

Essas dificuldades sensoriais podem levar a respostas emocionais intensas, desregulação e comportamento de evitação. É importante reconhecer e respeitar as necessidades sensoriais individuais das pessoas com autismo, proporcionando um ambiente que seja adaptado e acolhedor para suas sensibilidades específicas.

Profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais, podem ajudar a desenvolver estratégias e intervenções para auxiliar no manejo das dificuldades sensoriais e promover o bem-estar das pessoas com TEA.

O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista pode ser desafiador, pois é baseado principalmente em estimativas e manifestações do comportamento. Não há nenhum exame médico específico, como um exame de sangue ou imagem cerebral que possa confirmar o diagnóstico de TEA. Deste modo, Ferrari (2015) afirma que:

“Ainda que o Transtorno Autista seja considerado uma desordem que pode envolver comprometimentos de ordem neurológica, não há ainda um único tipo de exame ou procedimento médico que confirme isoladamente o seu diagnóstico. Por isso, é necessário realizar uma série de exames, avaliações e análises com fins de compilar um número suficiente de informações que permita esboçar mais seguramente este quadro clínico. Os exames mais comuns são os que avaliam a capacidade auditiva (audiometria, timpanometria), os que indicam a possibilidade da presença

de tumores, convulsões ou anormalidades cerebrais (eletroencefalogramas, imagens por tomografias computadorizadas e por ressonância magnética)” (FERRARI, 2015, p.25).

Os profissionais de saúde, como médicos, neuropediatras ou psiquiatras infantis, geralmente utilizam uma combinação de métodos para realizar uma avaliação detalhada do comportamento da criança e colher informações relevantes. Isso pode incluir, com cuidado, entrevistas com os pais, observação direta da criança em diferentes contextos, uso de expressões sonoras e avaliação do desenvolvimento e funcionamento geral da criança.

O diagnóstico do TEA é baseado em critérios específicos em diagnósticos manuais, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Esses critérios descrevem os padrões de comportamento observados nas áreas de comunicação social e emocional, além de comportamentos restritos e repetitivos.

É importante enfatizar que o Transtorno do Espectro Autista não é uma deficiência física, mas sim um transtorno do desenvolvimento neuropsiquiátrico. As crianças com Autismo sempre apresentam avanços com tratamento adequado, não obtendo a cura, mas uma qualidade de vida apropriada, em alguns casos podendo até ter a vida normalmente. Tratar o Autismo é ter como meta principal minimizar sua dependência, garantindo assim sua autonomia, e isto o indivíduo não consegue sozinho. Sendo assim, Lis (2020) enfatiza a importância do recurso terapêutico que tem como principal objetivo:

“O autoconhecimento, apresentação de alternativas, inclusive as de uso comum das pessoas típicas, bem como amparar o autista e ajudar criar seu próprio repertório para lidar com as situações de seu cotidiano respeitando as suas características, promove a conexão entre pais e outros envolvidos no desenvolvimento da criança, disponibilizando recursos e indicações para que possam entender as características individuais da criança e assim desempenhar um papel importante e complementar nas mudanças, adaptações e tudo que envolva seu bemestar físico e psicológico” (LIS, 2020,p. 86).

Devido à complexidade do diagnóstico e a variabilidade do TEA em indivíduos, é essencial que o processo de avaliação seja realizado por profissionais experientes e especializados no campo do transtorno do espectro autista. Também é importante considerar uma avaliação em uma abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e educadores.

Uma avaliação cuidadosa e precisa é fundamental para um diagnóstico adequado, pois isso pode levar a precauções e ao suporte necessário para a criança e sua família.

Profissionais experientes e especializados no campo do autismo são essenciais para realizar uma avaliação precisa. Esses profissionais devem ter conhecimento e compreensão aprofundados do TEA, incluindo suas características, critérios diagnósticos e ferramentas de avaliação apropriadas. Eles devem estar familiarizados com as diferentes manifestações do TEA em crianças e adultos, bem como com as possíveis comorbidades que podem estar presentes.

Uma abordagem multidisciplinar envolvendo profissionais de diferentes áreas é altamente recomendada. Cada profissional traz uma perspectiva única para a avaliação, considerando diferentes aspectos do funcionamento do indivíduo.

3 PERCURSO DO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ao longo da história, as pessoas com alguma deficiência mental foram frequentemente mal compreendidas e estigmatizadas. As semelhanças e abordagens em relação a deficiência mental variaram consideravelmente ao longo dos séculos.

Durante a Idade Moderna, com o início da filosofia humanista e o avanço das tecnologias, houve de fato uma mudança significativa no modo como as pessoas com deficiência eram percebidas e estudadas. A abordagem passou a ser predominantemente médica, com a investigação científica focada na compreensão das deficiências a partir de uma perspectiva biomédica.

Essa mudança na forma de abordar as deficiências contribuiu para um novo cenário, no qual ocorreram avanços nos estudos e experiências relacionadas às deficiências. A medicina começou a explorar as causas e os efeitos das deficiências, buscando entender melhor suas origens e buscando soluções para mitigar seus impactos na vida das pessoas.

Na década de 1970, nos Estados Unidos, houve avanços no campo da inclusão educacional e na melhoria das condições de vida para pessoas com deficiência. No entanto, vale ressaltar que as bases para essas mudanças foram protegidas ao longo do tempo e por meio de vários esforços e movimentos anteriores.

“Em 1985, realizaram-se a Assembleia geral das Nações Unidas e o programa ação mundial para as pessoas deficientes, a qual lança um programa de ação mundial para as pessoas deficientes, recomendando: quando for pedagogicamente factível, o ensino da pessoa deve acontecer dentro do sistema escolar normal” (GUELBERT, 2007, p. 34-35).

Um marco importante nesse contexto foi a aprovação da Lei de Educação para Todos os Indivíduos com Deficiências, também conhecida como Lei Pública 94-142, em 1975. Essa lei foi pioneira e estabeleceu o direito de todas as crianças com deficiência a uma educação pública gratuita e às suas necessidades. Ela enfatizou a inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares e a garantia de serviços de apoio e educação especial necessários para sua participação e aprendizado.

Essa legislação foi um marco fundamental para a promoção da inclusão educacional nos Estados Unidos e serviu como modelo para outros países ao redor do mundo. Posteriormente, essa lei foi atualizada e se transformou na Lei de

Educação para Indivíduos com Deficiências (IDEA), reforçando ainda mais os direitos e as proteções para crianças e jovens com deficiência.

Além das leis, também ocorreram avanços na conscientização e na disseminação de informações sobre a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência. Organizações e movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência ganharam força, buscando combater a demonstrar, promover a igualdade de oportunidades e melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência.

Esses esforços definidos, incluindo a legislação, a conscientização e a advocacia, trouxeram melhorias nas condições de vida e no acesso à educação para pessoas com deficiência nos Estados Unidos e tiveram impacto em outros países ao redor do mundo. No entanto, é importante reconhecer que ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma inclusão plena e efetiva em todos os aspectos da sociedade.

No Brasil, segundo a Constituição Federal brasileira de 1988, em seu Art. 205 descreve que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Segundo a constituição federal, todos têm direito à educação, independentemente de sua limitação física ou mental. No caso das pessoas com autismo e outras condições de desenvolvimento, é fundamental que sejam garantidos seus direitos à saúde, educação, trabalho, igualdade de oportunidades e acesso aos serviços e recursos necessários para o seu pleno desenvolvimento e inclusão social.

O Artigo 206 da Constituição estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, destacando o princípio da igualdade de oportunidades educacionais, e em seu artigo 208 da Constituição estabelece o dever do Estado em relação à educação. É determinado que o ensino fundamental seja obrigatório e gratuito para todos, independentemente da idade, garantindo a universalização desse nível de ensino. Além disso, destaca-se a necessidade de oferecer atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Diante disto, Mendes (2010) considera que:

“A partir da promulgação desta constituição iniciou-se uma onda de reforma no sistema educacional, que trouxe uma série de ações oficiais empreendidas sob a justificativa da necessidade de alcançar a “equidade”, traduzida pela universalização do acesso a todos à escola, e à “qualidade do ensino” (MENDES, 2010, P. 105).

Essas conquistas constituem marcos legais importantes na promoção da igualdade e inclusão na educação brasileira. Ao reconhecer o direito de todos à educação de qualidade, independentemente de suas características ou condições, a Constituição busca garantir oportunidades iguais para o desenvolvimento de cada indivíduo e o fortalecimento da sociedade como um todo.

Infelizmente, ainda existem situações em que os direitos das pessoas com autismo são violados, e elas podem enfrentar tratamentos indignos ou discriminatórios. É importante continuar promovendo a conscientização sobre o autismo, combater o preconceito e o estigma, e fortalecer as políticas públicas e a proteção dos direitos das pessoas com autismo.

É responsabilidade de toda a sociedade, incluindo o Estado, a família, os profissionais de saúde e educação, e a comunidade em geral, trabalhar em conjunto para garantir o respeito à segurança e aos direitos humanos de todas as pessoas, incluindo aqueles com autismo.

A inclusão educacional no Brasil foi fortalecida com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Essa lei, em seu Capítulo V, trata especificamente da Educação Especial. Em seu artigo 58 da Lei, é definida a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar destinada preferencialmente aos educandos com necessidades especiais. O objetivo é oferecer oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para esses indivíduos dentro do sistema regular de ensino. Segundo o Art. 58:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (BRASIL, 1996).

Ainda segundo a LDB, em seu Art. 59 preceitua que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL. Lei nº 9.394 artigo 59, de 20 de dezembro de 1996).

Partindo desse pressuposto, em 2008 foi criado o AEE- atendimento educacional especializado, este programa faz parte de uma política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um programa que reúne diversos recursos pedagógicos e de acessibilidade para atender necessidades educacionais específicas. Ou seja, ele abarca um conjunto de ferramentas para facilitar o processo de aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos. Ele deve ocorrer no contra turno escolar e beneficia tanto o aluno quanto o professor da sala de aula comum.

Além de ter seus direitos garantidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, a lei 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015, a criança com TEA necessita de auxílio e intervenções para facilitar sua compreensão e autonomia, em 2012 a lei 12.764/12 - Lei Berenice Piana (2012) foi sancionada e garantiu direitos específicos as pessoas com TEA no ambiente escolar como equipe multidisciplinar, acompanhante especializado e adaptações necessárias.

No entanto, é importante ressaltar que a terminologia e a abordagem da legislação foram atualizadas posteriormente. Com a lei de nº 12.796/2013 esse público passa a ser denominado de “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2013). A essa

mudança reflete uma abordagem mais abrangente, considerando uma variedade de necessidades educacionais especiais.

De acordo com a Associação Psiquiátrica Americana (APA) os Transtornos Globais do Desenvolvimento caracterizam-se por:

“Um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social, habilidades de comunicação ou presença de estereotípias de comportamento, interesses e atividades. Os prejuízos qualitativos que definem essas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo” (APA, 2000).

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento incluem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições relacionadas, como o Transtorno Desintegrativo da Infância, a Síndrome de Rett, o Transtorno de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação.

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são uma categoria diagnóstica que engloba um conjunto de condições neuropsiquiátricas caracterizadas por dificuldades e generalizadas no desenvolvimento de habilidades sociais, de comunicação e comportamental.

Essas dificuldades abrangem áreas como interação social, comunicação verbal e não verbal, comportamentos repetitivos ou estereotipados, interesses restritos e dificuldades na adaptação a mudanças. Esses prejuízos são considerados desvios marcantes em relação ao nível de desenvolvimento esperado para a idade cronológica ou ao nível de funcionamento intelectual do indivíduo.

Segundo a LDB nº 9.394/96, o atendimento educacional especializado deve ser realizado por docentes especializados a atender às necessidades desse grupo “com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desse educando nas classes comuns” (BRASIL, 1996).

Essas leis e diretrizes têm como objetivo promover a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, nas escolas regulares. Isso implica a adaptação dos ambientes educacionais, dos currículos e das práticas pedagógicas para garantir a participação plena e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

4 O AUTISMO NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO

Uma das características do autismo é uma dificuldade na interação social. As crianças autistas podem ter dificuldades em estabelecer e manter relacionamentos interpessoais, o que pode afetar sua experiência educacional em um ambiente escolar regular. Com isso, as crianças autistas sofrem grande dificuldade no contexto educacional como: falta de socialização, organização, e muita distração.

Quando uma criança autista ingressa na escola, é fundamental que ela encontre espaços adequados e profissionais competentes, capacitados e preparados para recebê-la. A inclusão educacional de crianças autistas requer um ambiente acolhedor, compreensivo e adaptado às suas necessidades.

Profissionais da educação, como professores, auxiliares e profissionais de apoio, devem receber treinamento e capacitação específica em relação ao autismo. Eles precisam entender as características do autismo, estratégias educacionais eficazes, técnicas de comunicação alternativa e apoio emocional. Segundo Ferreira e França (2017) na prática docente é necessário que:

“O docente tenha bastante calma e compreensão para com o aluno autista, para que ele consiga assimilar; o autista pode mostrar-se distante, não atender a chamado e até mesmo ter grande atraso para aprender determinada explicação. Mas nada disso ocorre porque a criança não possui interesse e sim porque o autismo afeta e adia o processo de aprendizagem, ela necessita de muita motivação e cuidado para desenvolver sua intelectualidade” (FERREIRA e FRANÇA, 2017, p.52).

Além disso, a escola deve garantir a disponibilidade de recursos e suportes necessários para atender às necessidades individuais da criança autista. Isso pode incluir recursos visuais, materiais adaptados, espaços de relaxamento sensorial, apoio de terapeutas e outras formas de suporte especializado.

A parceria entre a escola e a família também é fundamental. Comunicação aberta e regular, compartilhamento de informações sobre o progresso da criança, troca de estratégias eficazes e colaboração são essenciais para garantir que a criança receba o apoio necessário tanto na escola quanto em casa.

É responsabilidade da escola garantir um ambiente inclusivo e acolhedor, onde os profissionais estejam capacitados e preparados para atender às necessidades da criança autista. Isso cria um ambiente propício para o

desenvolvimento educacional e social da criança, promovendo sua plena participação no contexto escolar.

A contribuição do professor se torna indispensável na construção do conhecimento em alunos com TEA, pois este profissional precisa buscar propostas e estratégias que enriqueçam e levante a autoestima da criança contribuindo para seu aprendizado, respeitando seus limites e desenvolvendo suas potencialidades.

Visto que, são vários os tipos de autismo dentro do espectro, suas particularidades podem variar e, por conseguinte o processo de aprendizagem também irá se diferenciar, então há a necessidade de adequação da prática pedagógica para cada criança a partir de suas necessidades. Assim sendo, Ferreira e França (2017) afirmam que:

“A criança autista, não explora o brinquedo como deveria, ela simplesmente se interessa por um único movimento, podendo ficar horas a fio rodando a roda de um carrinho, por exemplo, além disso, é resistente a mudança de rotinas e o professor precisa estar atento e planejar suas aulas de acordo com todas essas necessidades, para que a criança não se sinta excluída entre seus colegas que por sua vez, precisa estar ciente das dificuldades que a criança tem, ou seja, será um trabalho em conjunto de toda a comunidade escolar, para que essa criança não seja rotulada e estabelecendo metas, partindo sempre do que ela é capaz de fazer e aprender” (FERREIRA e FRANÇA, 2017, p.512).

Enquanto a inclusão da criança autista no contexto escolar, a base da educação infantil é fundamentada na experiência da criança no âmbito educacional, compreendendo que a educação é um direito de todos e o Estado, em seu dever, deve garantir as crianças com qualquer necessidade especial início da sua jornada educativa escolar na faixa etária de zero a seis anos, pois a escola para elas deve ser um ambiente estimulante e acima de tudo desenvolver um ensino de igualdade e eficiência (LDB, 1996).

A abordagem educacional para pessoas com TEA pode variar dependendo das características individuais e das necessidades específicas de cada aluno. É importante que haja um trabalho conjunto entre pais, profissionais de saúde, familiares e comunidade para oferecer um ambiente inclusivo e apoio adequado aos estudantes com TEA e outras condições contempladas pela educação especial.

A Declaração de Salamanca teve um impacto significativo no fortalecimento da educação inclusiva em todo o mundo. Ela ressalta a importância de garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todas as pessoas e de superar as

barreiras que impedem a participação plena e efetiva dos alunos com deficiência na sociedade e define que:

“O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. (...) As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves. O desafio que enfrentam as escolas inclusivas é o de desenvolver uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de deficiências graves” (SALAMANCA, 1994).

A implementação da inclusão requer esforços contínuos para melhorar a acessibilidade, oferecer suporte adequado, promover a formação de professores, envolver a comunidade escolar e adotar abordagens educacionais inclusivas. O objetivo final é garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico, social e emocional.

A implementação da educação inclusiva requer uma atenção do sistema de ensino como um todo. Não é responsabilidade exclusiva do professor garantir a inclusão dos alunos com deficiência, mas sim de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, pais e os próprios alunos. A colaboração de todos os envolvidos é essencial para criar um ambiente inclusivo, onde todos os alunos possam participar plenamente das atividades escolares. Isso envolve a promoção de uma cultura de respeito, empatia e aceitação das diferenças, além de fornecer o suporte necessário para que os alunos com deficiência possam ter acesso a uma educação de qualidade.

A utilização de metodologias e abordagens pedagógicas inclusivas é fundamental para engajar e estimular todos os alunos. É importante adotar práticas que considerem as necessidades individuais de cada aluno, respeitando seus ritmos e estilos de aprendizagem, e oferecendo recursos e apoios adequados quando necessário.

Além disso, é crucial repensar a formação de professores para que eles estejam preparados para lidar com a diversidade presente na sala de aula. Os educadores devem receber uma formação inicial e contínua que os capacite a trabalhar de forma inclusiva, fornecendo-lhes conhecimentos e habilidades para atender às necessidades dos alunos com deficiência.

A educação inclusiva é um processo contínuo que exige o compromisso de toda a comunidade escolar em criar um ambiente de aprendizagem que acolha e valorize a diversidade. Quando todos estão envolvidos e comprometidos com a

inclusão, é possível proporcionar uma educação mais efetiva e significativa para todos os alunos.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (SALAMANCA, 1994, p. 28).

Deste modo, faz-se necessário um planeamento pedagógico especializado para atender as demandas da criança com TEA através de uma adaptação curricular e elaboração de estratégias de intervenção no enfrentamento dos desafios e na estimulação do desenvolvimento intelectual deste aluno.

Na escola, os alunos com TEA deve receber toda a assistência necessária para a sua adaptação e convivência escolar, constituindo um trabalho em conjunto principalmente com a participação ativa da família. Neurologistas, psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, pedagogos e psicopedagogos são profissionais que devem participar ativamente do processo de desenvolvimento do aluno, visando sempre sua autonomia e direito a um tratamento de qualidade.

Com o passar dos anos houve progresso significativo em termos de legislação e conscientização sobre a importância da inclusão na educação. No entanto, é igualmente verdadeiro que ainda existem desafios e obstáculos a serem superados para que a inclusão ocorra de fato nas escolas de todo o país. A inclusão efetiva requer um esforço conjunto e contínuo de todos os envolvidos, incluindo governadores, gestores escolares, professores, pais e a sociedade como um todo.

4.1 O papel mediador do professor de língua portuguesa na inclusão do aluno com transtorno do espectro autista – TEA

O papel do professor de Língua Portuguesa como mediador é fundamental no processo de ensino e aprendizagem dessa disciplina. O professor atua como um facilitador, intermediando o conhecimento entre os alunos e a língua portuguesa, ajudando-os a compreender, interpretar, produzir e se expressar nessa língua.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998, onde aborda a importância da mediação do professor nas situações de ensino de língua portuguesa é enfatizado que:

“Nas situações de ensino de língua, a mediação do professor é fundamental: cabe a ele mostrar ao aluno a importância que, no processo de interlocução, a consideração real da palavra do outro assume, concorde-se com ela ou não. Por um lado, porque as opiniões do outro apresentam possibilidades de análise e reflexão sobre as suas próprias; por outro lado, porque, ao ter consideração pelo dizer do outro, o que o aluno demonstra é consideração pelo outro” (PCN, 1998, p. 47).

Segundo a citação acima, é fundamental para o professor de língua portuguesa mostrar ao aluno a importância de considerar a palavra do outro no processo de interlocução, mesmo que não concorde com ela. De acordo com o PCN, o papel do professor de língua portuguesa é mediar essas situações de ensino de língua, incentivando os alunos a considerar a palavra do outro, mesmo que haja discordância. Dessa forma, os alunos podem aprimorar suas habilidades linguísticas, promover a troca de ideias e desenvolver relações interpessoais respeitadas.

O professor, ao mediar essas situações de ensino, deve criar espaços de reflexão que devem aos alunos questionar e analisar criticamente as práticas de linguagem. Isso envolve ir além da superfície do discurso e explorar os subtextos, as emoções e os efeitos que determinadas formas de comunicação podem ter.

No que concerne o ensino/aprendizagem de língua portuguesa, Antunes (2003) “expõem que a atividade pedagógica de ensino do português deve tomar como eixos fundamentais quatro campos: oralidade, escrita, leitura e gramática” (ANTUNES, 2003, p.90).

Entretanto, a mediação do professor não envolve apenas transmitir conhecimentos formais da língua, mas também promover uma compreensão crítica das práticas de linguagem, permitindo aos alunos refletirem sobre suas próprias posições, desafiar estereótipos e preconceitos, e se tornarem participantes ativos e conscientes da comunicação em diversos contextos.

“Ainda que se reconheça que cabe à escola a responsabilidade maior pela formação de sujeitos leitores críticos e autônomos, quase sempre é o professor de Língua Portuguesa que é visto como o agente executor desse projeto e sobre ele recai a responsabilidade por implementar uma prática pedagógica que vise ao desenvolvimento progressivo da competência linguístico-discursiva, princípio fundamental para as múltiplas atuações sociais de seus alunos” (MUNIZ; BOAS, 2017, p. 02).

Embora seja importante destacar que o trabalho em equipe e a integração de diferentes disciplinas são fundamentais para uma educação de qualidade, é compreensível que o professor de Língua Portuguesa seja frequentemente associado

a essa responsabilidade, uma vez que a competência linguística e discursiva é uma área central de seu campo de atuação.

Por mais que o professor de Língua Portuguesa seja frequentemente visto como o principal agente executor do projeto de formação de sujeitos leitores críticos e autônomos, é importante ressaltar que essa responsabilidade deve ser compartilhada por todos os profissionais envolvidos no processo educacional, bem como pela própria escola como um todo.

A aprendizagem da Língua Portuguesa é essencial não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a participação social e afetiva dos alunos. É por meio da língua que nos expressamos, estabelecemos conexões com os outros, compartilhamos ideias, expressamos nossos pontos de vista e compreendemos as perspectivas dos demais. Através da linguagem, podemos interagir, negociar significados e construir relações sociais e culturais.

Além disso, a disciplina de Língua Portuguesa não se restringe apenas à habilidade de ler e escrever corretamente. Ela também envolve o desenvolvimento de habilidades de compreensão, interpretação, argumentação e expressão oral.

“A língua portuguesa está situada no emaranhado das relações humanas, nas quais o aluno está mergulhado e não divorciado do contexto social. Espera-se que ele alcance competências em relação à compreensão da língua portuguesa que lhe possibilitem considerá-la como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas manifestadas na forma de sentir, pensar e agir na vida social” (SANTOS, 2015, p.05).

No contexto da escola, é responsabilidade dos educadores garantir que os alunos compreendam os conhecimentos linguísticos necessários para o exercício pleno da cidadania. Isso inclui o aprendizado da gramática, psicologia, ortografia, leitura crítica, produção textual, entre outros aspectos. Ao fornecer uma educação de qualidade em Língua Portuguesa, a escola capacita os alunos a se comunicarem de forma clara, coerente e eficaz, permitindo que eles se tornem cidadãos informados, críticos e participativos na sociedade.

Portanto, a aprendizagem da Língua Portuguesa desempenha um papel central na formação dos alunos, confiante para seu desenvolvimento global, para a construção de suas identidades e para sua participação ativa na vida social, cultural e política.

“É importante que o professor tenha a consciência de quais teorias guiam sua prática, porque o ajudarão a fazer as escolhas adequadas a cada contexto. O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dele que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos” (PCN-Língua Portuguesa, 2001, p. 23).

Para os alunos com TEA, a disciplina de Língua Portuguesa é primordial para o desenvolvimento acadêmico e pessoal, e pode ser especialmente significativa, pois ajuda a promover a compreensão da língua falada e escrita, aprimorada como habilidades de leitura e escrita, e promover a interação social. Entretanto, a linguagem de um indivíduo com TEA é caracterizada como tendo um grau de atraso, com pouca compreensão do discurso, fala ecológica, uso da linguagem literal e unilateral, junto com pouca ou nenhuma iniciativa social (MERGL; AZONI, 2015, p. 272), se tornando um grande desafio para o corpo docente.

Abaixo estão algumas das principais funções da disciplina de Língua Portuguesa para alunos com TEA:

1. Desenvolvimento da comunicação: Através do ensino de Língua Portuguesa, os alunos com TEA podem aprender a se comunicar de forma mais eficaz, utilizando a fala, a escrita e outros meios de comunicação.
2. Habilidades de Leitura e escrita: O ensino da leitura e escrita ajuda esses alunos a adquirirem habilidades de alfabetização, permitindo-lhes compreender e expressar informações por meio da escrita.
3. Compreensão social: A disciplina de Língua Portuguesa pode ser uma oportunidade para trabalhar a compreensão social dos alunos com TEA, ensinando-lhes a interpretar expressões expressivas, gestos e linguagem não verbal, além de desenvolver habilidades de interação social.
4. Estímulo à criatividade: Através da literatura, escrita criativa e interpretação de textos, a disciplina de Língua Portuguesa pode incentivar a criatividade e a imaginação desses alunos.
5. Facilitação da Aprendizagem em outras disciplinas: O aprendizado da língua materna é essencial para o sucesso em outras disciplinas. O aprimoramento das habilidades de leitura e escrita pode facilitar o entendimento de conceitos em outras áreas do conhecimento.

6. Inclusão e participação: O ensino de Língua Portuguesa pode ajudar a promover a inclusão de alunos com TEA nas atividades escolares e sociais, permitindo que eles se comuniquem e interajam com colegas e professores.
7. Adaptação do currículo: Professores podem adaptar o currículo e as estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno com TEA. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, técnicas de ensino estruturadas e uso de atividades práticas.
8. Estímulo à autonomia: Por meio da disciplina de Língua Portuguesa, é possível trabalhar a autonomia dos alunos com TEA, incentivando-os a expressar suas ideias, opiniões e sentimentos de forma independente.
9. Apoio à Compreensão e expressão emocional: A linguagem é uma ferramenta essencial para que os alunos com TEA expressem suas emoções e compreendam as emoções dos outros. A disciplina de Língua Portuguesa pode auxiliar nesse aspecto.
10. Desenvolvimento de competências para a vida: O aprendizado da Língua Portuguesa não se limita apenas à escola, é uma habilidade essencial para a vida cotidiana, permitindo a interação social, a busca por informações e a compreensão do mundo ao redor.

É fundamental reconhecer que cada aluno tem necessidades únicas, e isso é particularmente relevante quando se trata de alunos com necessidades educacionais especiais. Esses alunos podem apresentar uma variedade de desafios, como deficiências físicas ou cognitivas, dislexia, entre outros.

Ao adotar estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos com TEA, os educadores podem promover o pleno desenvolvimento desses alunos e contribuir para sua participação ativa na sociedade.

Ao longo de sua formação, os educandos devem adquirir conhecimentos teóricos e práticos sobre educação inclusiva, estratégias de ensino diferenciadas, adaptação de materiais e avaliação adequada. Além disso, é importante que eles desenvolvam habilidades sociais e emocionais, como empatia, respeito e flexibilidade, para construir relações positivas com os alunos e suas famílias.

No entanto, é importante reconhecer que a formação dos educadores enfrenta desafios no atual sistema educacional. As constantes mudanças nas políticas governamentais e as demandas do mundo capitalista podem afetar a ênfase e os recursos alocados para a formação de professores. Portanto, é necessário um esforço

contínuo para garantir que os recebidos recebam uma formação contínua e contínua, que esteja atento com as necessidades da educação inclusiva.

4.2 Desafios vivenciados pelos alunos com TEA

Os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam desafios específicos no ensino da língua portuguesa devido às características próprias desse transtorno. Alguns dos principais desafios incluem: dificuldades na comunicação, interação social limitada, interesses e atividades restritas e repetitivas, sensibilidades sensoriais, dificuldades na organização e sequenciação, hiperfoco, flexibilidade cognitiva limitada, dentre outros.

“Uma das barreiras a serem transpostas pelo professor que atua junto a estudantes com TEA é a da comunicação, uma vez que essas crianças e adolescentes tendem a apresentar desvios ou atrasos na fala, cujos graus variam em função do nível de severidade da doença. Logo, entender como esse processo de aquisição funciona e incluir uma intervenção multidisciplinar, com profissionais como fonoaudiólogo/a, terapeuta ocupacional, psicopedagogo/a, e neuropediatra, é de extrema importância porque integrará e assistirá a criança ou jovem no contexto da sala de aula, auxiliando também os pais e/ou cuidadores a lidarem com o autista na condição de estudante” (NEY; HUBNER, 2022, p.20).

Esses desafios possibilitam que os educadores adotem estratégias e metodologias pedagógicas específicas para atender às necessidades dos alunos com TEA no ensino da língua portuguesa. A personalização do ensino, a adaptação de materiais e a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo são fundamentais para promover o aprendizado desses alunos de forma efetiva e significativa. A colaboração com profissionais especializados e a família também são essenciais para o sucesso da inclusão e do ensino desses alunos.

“Assim, o professor que está engajado em cima de uma prática transformadora possui algumas características que lhe diferencia: estar sempre orientado para a pesquisa produzindo também alunos pesquisadores; estar contextualizado e consciente de sua função de educador; encara o conhecimento como algo que se produz na interação professor -aluno; é capaz de improvisar; cultiva a participação dos alunos e incentiva-os; reflete e proporciona aos alunos capacidade de reflexão sobre a realidade; garante a participação dos alunos de maneira democrática; é capaz de conviver com as adversidades e diferenças; compromete -se com a ação levando o aluno à transformação da realidade e que vive; é capaz de pensar no emocional de seus alunos e de si próprio” (ALMEIDA, 2021, p.24).

Compreender a importância da preparação adequada do profissional da educação é essencial para garantir um ambiente de aprendizado inclusivo e motivador. Quando um professor não está bem preparado, especialmente no caso de alunos com TEA, isso pode gerar frustração, desinteresse e até mesmo afastamento do aluno do ambiente escolar.

Um professor despreparado pode não compreender as necessidades específicas dos alunos com autismo, bem como as estratégias de ensino adequadas para promover o aprendizado da língua portuguesa. Isso pode resultar em aulas pouco efetivas, com pouca acessibilidade à linguagem e falta de estímulos adequados para o desenvolvimento das habilidades comunicativas do aluno.

“É importante frisar que o aluno autista tem dificuldades, ou não compreende, metáforas e outras formas de linguagem não literal. Por isso, é imprescindível que o professor tenha conhecimento dessa característica do autista para saber como se comunicar da melhor forma com ele ao explicar tarefas, por exemplo. A linguagem oral direta e literal é a mais recomendada para que o aluno autista compreenda as tarefas e consiga executá-las” (NEY; HUBNER, 2022, p.24).

Essas dificuldades podem estar relacionadas a natureza literal e concreta do processamento de informações típicas do autismo. Portanto, é essencial que os professores sejam compatíveis com esse recurso e adotem estratégias de comunicação adaptadas para melhor se comunicarem com os alunos autistas.

Uma recomendação importante é utilizar uma linguagem oral direta e literal ao explicar tarefas e conceitos aos alunos autistas. Isso envolve fornecer instruções claras e objetivas, evitando o uso de expressões idiomáticas, metáforas ou linguagem figurativa que possam causar confusão. A linguagem concreta e explicitamente facilita a compreensão do aluno autista e ajuda-o a executar as tarefas de forma mais eficaz.

Além disso, é útil utilizar suportes visuais, como imagens, gráficos ou diagramas, para auxiliar na compreensão e na organização das informações. Esses recursos visuais podem fornecer uma representação concreta do que está sendo ensinado, tornando as instruções mais acessíveis para os alunos autistas.

Para facilitar a comunicação e a compreensão dos alunos, é recomendado que os professores utilizem uma linguagem oral direta e literal, evitando metáforas e expressões idiomáticas. O uso de suportes visuais e a adaptação das estratégias de comunicação de acordo com as necessidades individuais dos alunos são práticas importantes a serem consideradas.

A formação do professor para trabalhar com alunos com deficiência é outro desafio a ser discutido para inclusão efetiva nas escolas. A educação inclusiva exige que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade de necessidades e características dos alunos, proporcionando um ambiente de aprendizagem adequado a todos.

“O educador deve conhecer seus alunos e assumir um papel de referência para as crianças, ficando apto a identificar suas dificuldades e interferir de maneira positiva, de forma a promover situações favoráveis à aprendizagem. O professor deve assumir o papel de facilitador dentro da escola, onde o aluno possa ser o protagonista dentro do processo de ensino-aprendizado que deve ocorrer de forma integrada” (CARARA, 2016, p.08).

A formação do professor é extremamente relevante para este processo, pois é por meio dela que o docente adquire as habilidades e conhecimentos necessários para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência. É fundamental que os professores estejam acomodados e preparados para adaptar sua metodologia de ensino, de forma a promover a inclusão e permitir que todos os alunos se sintam acolhidos e participantes ativos do processo educacional.

“Quando paramos para refletir sobre o aluno com necessidade educacional pensamos também na relação entre ele, o educador e as práticas pedagógicas adotadas atualmente. Nesse sentido temos que analisar a experiência e formação profissional como quesito de grande e fundamental importância no trato com esse aluno. A formação de educadores constitui-se num desafio frente ao sistema recheado de mudanças que atendem ao mundo capitalista e à política governamental. Neste contexto, o profissional da educação apropria-se do conhecimento enquanto valor ativo para sua prática” (ALMEIDA, 2021, p.19).

Além disso, é importante que os professores também considerem as necessidades dos alunos com deficiência fora da sala de aula. Isso significa criar oportunidades para a inclusão em atividades extracurriculares, estimular a interação social com os demais alunos e promover a participação dos alunos com deficiência em eventos e projetos escolares.

Ao adaptar a metodologia de ensino e promover a inclusão dentro e fora da sala de aula, os professores instruíram para que os alunos com deficiência se sintam pertencentes e valorizados em seu ambiente escolar. Essa abordagem não apenas beneficia o desenvolvimento acadêmico dos alunos, mas também promove sua autoestima, autonomia e integração social, que segundo Montoan (2003) “é a escola que precisa mudar, e não os alunos, para terem direito a ela” (MANTOAN, 2003, p. 08).

Portanto, a qualificação do professor e sua capacidade de adaptar sua metodologia de ensino são elementos essenciais para a concretização do processo de inclusão, permitindo que os alunos com deficiência se sintam incluídos, satisfatórios e capazes de aprender e se desenvolver plenamente.

Na concepção de Mazzota, (2000): “à educação especial e inclusiva se caracteriza por alguns elementos tais como: currículo adaptado, recursos materiais, equipamentos e aparelhos específicos e profissionais adequadamente preparados” (MAZZOTA, 2000, p.41).

Um professor bem preparado, que compreenda as necessidades individuais do aluno com TEA e utilize estratégias pedagógicas inclusivas e lúdicas, pode criar um ambiente de aprendizado estimulante e seguro. Isso contribui para o engajamento do aluno, aumentando sua motivação para aprender e participar ativamente das atividades propostas.

Outro desafio importante a ser discutido se trata de questões estruturais. Sabe-se que as crianças autistas apresentam características próprias que podem se apresentar de diversas formas em cada indivíduo com espectro autista, e é necessárias boas condições estruturais para atender esse aluno e suprir suas necessidades no contexto educacional. Segundo Kelman (2010):

“Compete à escola adaptar-se para atender às capacidades e necessidades do estudante na classe comum, mobilizando ações e práticas diversificadas que, além do acesso, propicie condições de permanência exitosa no contexto escolar” (KELMAN, et al, 2010, p. 226).

É importante ressaltar que a estrutura escolar para alunos com TEA deve ser flexível e adaptável às necessidades individuais de cada aluno. Cada criança com TEA é única e pode requerer abordagens diferentes para alcançar o máximo de sucesso acadêmico e social. Portanto, é fundamental considerar as necessidades individuais de cada aluno ao criar a estrutura escolar apropriada.

5 METODOLOGIA

Para a obter as discursões do estudo em foco, esta pesquisa partiu de uma abordagem bibliográfica “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44); pelas concepções de teóricos que enfatizam o papel do professor como mediador no ensino da língua portuguesa para o aluno com transtorno do espectro autista – TEA, bem como o percurso do processo de inclusão das pessoas com deficiência no cenário da educação brasileira e o autismo no contexto escolar inclusivo.

Esta pesquisa tem uma natureza básica, visto que foi desenvolvida na busca de uma melhor compreensão acerca do tema em estudo. Para Nascimento (2016):

“A pesquisa básica objetiva gerar conhecimento novo para o avanço da ciência, busca gerar verdades, ainda que temporárias e relativas, de interesses mais amplos (universalidade), não localizados. Não tem, todavia, compromisso de aplicação prática do resultado” (NASCIMENTO, 2016, p. 02).

Como mencionado, a pesquisa básica é a busca por verdades universais, ou seja, por descobertas que se aplicam a uma ampla gama de contextos e situações. Essas verdades podem ser temporárias e relativas, pois o conhecimento científico está sempre evoluindo e sujeito a revisão e atualizações com base em novas evidências. Embora a pesquisa básica não tenha um compromisso imediato com a aplicação prática dos resultados, suas descobertas muitas vezes levam a avanços em diversas áreas do conhecimento. Elas podem fornecer as bases para a pesquisa aplicada, que visa direcionar esses conhecimentos fundamentais para resolver problemas específicos e contribuir para pesquisas futuras.

Enquanto o procedimento bibliográfico, Gil (2002) afirma que esta:

(...) É desenvolvida a partir de material elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas envolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratório sobre pode ser definida como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2002, p.40).

As pesquisas bibliográficas envolvem a análise e o estudo de materiais escritos, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos acadêmicos relevantes para a área de estudo em questão. As pesquisas bibliográficas são fundamentais para uma revisão da literatura existente, permitindo que o

investigador identifique o estado atual do conhecimento sobre o tema em foco. Por meio da análise crítica e da síntese das informações encontradas nas fontes bibliográficas, o pesquisador pode obter uma visão abrangente do assunto, identificar lacunas no conhecimento existente e formular perguntas de pesquisa relevantes.

Diante disto, partindo de um objetivo descritivo, as discussões do presente trabalho buscam descrever características, acontecimentos ou relações presentes no cenário do tema em foco. Na pesquisa descritiva, o pesquisador coleta dados por meio de observação, levantamento de informações ou análise de registros existentes.

Portanto, o presente trabalho de conclusão de curso perpassa por uma pesquisa bibliográfica a parti de teses, artigos, trabalhos de conclusão de curso, projetos, sites e livros de autores que retratam o papel do professor mediador de língua portuguesa no processo do ensino e aprendizagem inclusiva do aluno com Transtorno do espectro autista.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para obter os resultados na presente pesquisa foram estabelecidas três categorias de análises e discussões que vão de encontro com as observações mais elencadas acerca do assunto:

6.1 A inclusão do aluno com TEA no contexto da educacional especial

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino regular é um desafio significativo para os profissionais envolvidos nessa modalidade de ensino. É importante reconhecer que são poucos os alunos com necessidades educacionais especiais que têm acesso ao ambiente escolar e à socialização. Isso pode ser atribuído a vários fatores, como falta de recursos, falta de conscientização sobre a importância da inclusão e barreiras sociais e culturais, entre outros.

“Pesquisadores defendem a ideia de que a inclusão pela inclusão - sem atividades específicas, sem a presença de assistentes competentes e demais profissionais – é algo extremamente complicado para um único professor titular de turma ter condições de atender de forma plena o aluno autista em sala de aula regular. O professor pode favorecer a inclusão, atuando junto à criança que ainda não se encontra adaptada ao universo escolar. Porém, somente a presença deste profissional não garantirá a permanência destes alunos no contexto de escola regular. A articulação vai além dos muros da sala de aula e precisa contar com a participação efetiva de demais profissionais da escola e também da família” (NEY, 2018, p.06).

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve muito mais do que simplesmente colocar a criança em uma escola regular e esperar que ela imite as outras crianças. A inclusão escolar visa proporcionar um ambiente educacional que atenda às necessidades individuais de cada criança, independentemente de suas habilidades ou dificuldades.

Ao incluir uma criança com TEA em uma escola regular, é importante considerar uma série de fatores, tais como a adaptação do currículo, a implementação de estratégias de ensino diferenciadas, o apoio de profissionais especializados, a conscientização dos colegas de classe e o suporte dos pais e da comunidade escolar.

“De forma geral, a integração social de uma pessoa com transtorno do espectro autista não é um processo fácil, pois envolve a tarefa de colocar em um meio social não preparado uma pessoa de comportamentos

estranhos e desconhecidos para a maioria das pessoas. Talvez uma das formas de encarar isso mais claramente, seja por um processo que envolva a educação tanto da criança com transtorno do espectro autista, como das demais pessoas envolvidas quebrando de vez com as barreiras atitudinais por meio da disseminação do conhecimento” (JUNIOR; BECHOR; SANTOS, 2015, p.23).

A integração social de pessoas com TEA pode ser desafiadora, uma vez que o comportamento e as características das pessoas no espectro podem ser diferentes do que é considerado "normal" pela maioria das pessoas. Isso pode levar a barreiras atitudinais, falta de compreensão e estigmatização.

Uma abordagem que envolve a educação é amplamente reconhecida como satisfatória para a inclusão e integração social de pessoas com TEA. Isso inclui educar a criança com TEA sobre habilidades sociais, comunicação e interação, além de fornecer apoio e estratégias específicas para ajudá-las a se adaptarem ao ambiente social.

Além disso, é importante educar as pessoas ao redor da criança com TEA, como familiares, amigos, colegas de classe e professores, para que possam compreender melhor o transtorno e aprender a interagir e se comunicar de forma eficaz. Isso ajuda a quebrar as barreiras atitudinais e promover uma aceitação e inclusão mais ampla

É verdade que algumas crianças com TEA podem apresentar desafios na imitação e na interação social. No entanto, o desenvolvimento da consciência de si mesmo e a percepção das relações de causa e efeito do ambiente podem ocorrer de forma individual e em diferentes momentos para cada criança com autismo.

O foco da inclusão escolar não é apenas promover a imitação de comportamentos considerados "normais", mas sim criar um ambiente que incentive o desenvolvimento global da criança com TEA, considerando suas habilidades, interesses e necessidades específicas.

6.2 A formação acadêmica e contínua do professor de língua portuguesa para o processo de ensino e aprendizagem do aluno com TEA

Em suma, a formação acadêmica é fundamental para preparar os profissionais da educação para trabalhar com inclusão e atender às necessidades educacionais especiais dos alunos. No entanto, é necessário um esforço conjunto

para superar as barreiras que ainda existem e garantir que todos os alunos tenham acesso à educação inclusiva e à efetivação do ensino.

Além da formação acadêmica devida dos profissionais, é necessária uma formação continuada, afim do profissional obter as devidas atualizações e qualidade no ensino. A formação continuada é de suma importância para o aprimoramento de todos os professores. O educador precisa acompanhar o processo de evolução global e situar a educação no contexto da modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para os alunos. Esse acompanhamento contínuo permite ao professor compreender que, na escola, os alunos aperfeiçoam sua bagagem de conhecimentos.

Por meio da formação continuada, os professores têm a oportunidade de refletir sobre sua prática pedagógica, analisar as estratégias utilizadas na aprendizagem dos alunos, identificar erros e acertos e, assim, ajustar e modificar suas abordagens de acordo com as necessidades dos alunos.

A formação continuada proporciona o acesso a novos conhecimentos, metodologias e recursos educacionais, permitindo que os professores se mantenham atualizados e preparados para lidar com os desafios do ensino contemporâneo. Além disso, é um espaço para troca de experiências e compartilhamento de boas práticas entre os educadores, o que enriquece o processo de aprendizagem e contribui para o desenvolvimento profissional.

Sendo assim, Fumegalli (2012) aborda que:

“A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos” (FUMEGALLI, 2012, p. 40).

Considerando a base nacional comum curricular- BNCC no tópico de linguagens e duas tecnologias, encontramos:

“as atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos” (BRASIL, 2019, p.63).

De acordo com a citação acima, essas linguagens incluem a linguagem verbal, tanto oral quanto escrita, a linguagem corporal, a linguagem visual, a linguagem sonora e, mais recentemente, a linguagem digital.

Através dessas práticas sociais, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, e é nesse processo de interação que elas se constituem como sujeitos sociais. Em outras palavras, é por meio da comunicação e da participação em atividades sociais que as pessoas se tornam parte de um grupo, adquirem identidades sociais e constroem suas relações com o mundo ao seu redor.

A compreensão da língua como uma prática social é essencial para o ensino efetivo de alunos com TEA. Considerando que a comunicação é um processo social complexo, o professor precisa estar preparado para adotar estratégias que facilitem a interação e a compreensão mútua com o aluno com TEA.

É necessário que o professor mediador tenha conhecimento sobre o TEA e esteja familiarizado com as características deste transtorno, incluindo suas manifestações na comunicação e na linguagem. Isso ajuda o professor a adaptar as estratégias de ensino e criar um ambiente favorável para o aluno com autismo.

“Para mediar o ensino e o desenvolvimento do aluno autista de maneira mais eficaz, é importante conhecer alguns métodos existentes voltados para o desenvolvimento de pessoas com TEA. Tem-se, por exemplo, o programa TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Distúrbios Correlatos da Comunicação), o ABA (Análise Aplicada ao Comportamento) e o PECS (Sistema de Comunicação Mediante a Troca de Figuras), modelos estes que serão discutidos a seguir. Esses modelos podem auxiliar no desenvolvimento na linguagem oral e na aquisição da linguagem escrita, por meio do desenvolvimento de atividades que tenham significado para o aprendiz autista” (NEY; HUBNER, 2022, p.28).

O conhecimento de métodos específicos voltados para o desenvolvimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é de grande importância para mediar o ensino e o desenvolvimento do aluno autista de maneira eficaz. Alguns dos métodos mencionados acima têm como objetivo auxiliar no desenvolvimento da linguagem oral e na aquisição da linguagem escrita por meio de atividades que tenham significado para o aprendiz autista.

O programa TEACCH é um modelo de intervenção educacional que enfatiza o uso de estratégias visuais para apoiar o aprendizado e a organização do indivíduo com TEA. Ele utiliza estruturas físicas, como sistemas de organização visual, rotinas e materiais adaptados, para promover a independência e a compreensão do aluno autista. O TEACCH busca adaptar o ambiente de aprendizagem às necessidades

individuais do aluno, fornecendo suporte visual e organizacional para auxiliá-lo na compreensão das tarefas e na realização de atividades.

“O método proporciona aos alunos uma rotina diária pré-estabelecida dentro e fora da sala, organizando assim questões internas e externas, as quais favorecem melhor desempenho em habilidades escolares” (JUNIOR; BECHOR; SANTOS, 2015, p.24).

A análise Aplicada ao Comportamento (ABA) é uma abordagem baseada em evidências que utiliza princípios da aprendizagem comportamental para ensinar habilidades e reduzir comportamentos problemáticos. Ela enfatiza o uso de reforço positivo e estratégias de modelagem para promover o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas. A ABA é altamente individualizada, adaptando-se às necessidades específicas do aluno autista por meio de programas de ensino estruturados e com base em dados.

O PECS é um sistema de comunicação alternativa que utiliza imagens ou figuras como suporte visual para auxiliar os indivíduos com TEA na comunicação. Ele ensina o aluno a trocar figuras ou símbolos para expressar suas necessidades, desejos e compartilhar informações. O PECS é projetado para promover o desenvolvimento da linguagem oral e a interação social, fornecendo um meio concreto e visual de comunicação.

“Com o intuito de ampliar ainda mais o repertório comunicativo que envolve habilidades de expressão e compreensão, são desenvolvidos e construídos auxílios externos como cartões de comunicação, pranchas de comunicação, pranchas alfabéticas e de palavras, vocalizadores ou o próprio computador que, por meio de software específico, pode tornar-se uma ferramenta poderosa de voz e comunicação” (JUNIOR; BECHOR; SANTOS, 2015, p.26).

Esses métodos têm sido amplamente utilizados em diferentes contextos educacionais e terapêuticos, demonstrando resultados positivos no ensino e desenvolvimento de pessoas com autismo. No entanto, é importante ressaltar que a escolha do método deve ser baseada nas necessidades individuais do aluno e em uma abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais da área da educação, terapia ocupacional, fonoaudiologia e outros profissionais especializados em TEA.

6.3 Estratégias adaptadas para o ensino do aluno com TEA

Auxiliar aprendizes autistas na aquisição da linguagem oral e na aprendizagem da leitura e/ou escrita requer uma abordagem adaptada e

individualizada devido às características específicas do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Algumas das dificuldades que podem ser encontradas incluem desafios na comunicação verbal e não verbal, dificuldades na compreensão de linguagem figurativa ou abstrata, tendência a serem mais visuais e concretos em seu processamento de informações, além de possíveis interesses restritos e dificuldades na interação social.

Adaptar a metodologia para atender às singularidades comportamentais dos indivíduos com TEA é fundamental para promover o seu progresso na linguagem oral e nas habilidades de leitura e escrita.

As estratégias pedagógicas são essenciais para garantir que os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tenham acesso a uma educação inclusiva e eficaz no ensino da língua portuguesa. Algumas dessas afinidades e estratégias incluem:

- Individualização do ensino: Reconhecer que cada aluno com TEA é único e possui necessidades específicas é fundamental. Os educadores devem adaptar o ensino de acordo com as habilidades, interesses e estilos de aprendizagem de cada aluno.
- Uso de comunicação alternativa e aumentativa (CAA): Para alunos com dificuldades na comunicação verbal, é importante utilizar recursos de CAA, como pranchas de comunicação, símbolos ou aplicativos de comunicação, para facilitar a expressão e compreensão da linguagem.
- Apoio visual: Utilizar apoios visuais, como imagens, gráficos e diagramas, ajuda a tornar a informação mais concreta e compreensível para os alunos com TEA, auxiliando na compreensão e na organização das ideias.
- Organização e rotina previsível: Manter uma rotina estruturada e previsível é importante para os alunos com TEA, pois isso reduz a ansiedade e facilita a compreensão do que ocorre ao longo do dia de aula.
- Práticas de ensino multissensoriais: utilizar estratégias de ensino que envolvem diferentes sentidos, como a audição, a visão e o tato, ajudam a melhorar a assimilação da informação pelos alunos com TEA.
- Aprendizagem baseada em interesses: Identificar e utilizar os interesses dos alunos com TEA como ponto de partida para o ensino da língua portuguesa pode aumentar a motivação e o engajamento nas atividades escolares.

- Quebra de tarefas em passos menores: Dividir as tarefas em etapas menores e mais gerenciáveis ajuda a tornar o processo de aprendizagem mais acessível para alunos com TEA, facilitando a realização das atividades.
- Uso de reforços positivos: Reforçar comportamentos e esforços positivos é uma estratégia eficaz para incentivar o engajamento e a participação dos alunos com TEA nas atividades de língua portuguesa.
- Incentivo à interatividade e colaboração: promover a interação e colaboração entre os alunos com TEA e seus colegas em atividades de grupo é uma maneira de melhorar suas habilidades sociais e interpessoais.
- Avaliação formativa e individualizada: avaliar estimativas formativas e individualizadas ajuda a monitorar o progresso dos alunos com TEA e adaptar o ensino de acordo com suas necessidades específicas.

É importante lembrar que essas reações e estratégias podem variar de acordo com o perfil e as necessidades de cada aluno com TEA. O trabalho conjunto com a equipe multidisciplinar, incluindo profissionais especializados em educação inclusiva e TEA, e a colaboração com os pais são fundamentais para o sucesso da implementação dessas estratégias e para promover uma educação de qualidade.

Uma vez que, o autismo é uma condição que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento do indivíduo, e requer abordagens pedagógicas adaptadas para atender às necessidades específicas desse aluno, o papel do professor mediador e de uma equipe interdisciplinar é indispensável para o pleno desenvolvimento deste aluno.

“O acompanhamento das pessoas com transtorno do espectro autista requer uma intervenção interdisciplinar e quando se trata de condutas educacionais esse acompanhamento de maneira na maioria das vezes inter setorial. As bases de uma intervenção efetiva para esse tipo de público envolvem técnicas de mudança de comportamento, programas educacionais e/ ou de trabalho, além de acompanhamentos específicos para o desenvolvimento das relações sociais, cognitivas e da linguagem/comunicação” (JUNIOR; BECHOR; SANTOS, 2015, p.24).

Sendo assim, a avaliação individualizada de cada aluno é outro ponto importante no papel do professor mediador, uma vez que, cada aluno com TEA é único, com suas próprias habilidades e desafios. O professor deve realizar uma avaliação individualizada para identificar as necessidades específicas do aluno em

relação à linguagem, compreensão, expressão e habilidades de leitura e escrita em língua portuguesa.

A partir da adaptação curricular com base na avaliação individualizada, o professor pode adaptar o currículo de língua portuguesa para atender às necessidades do aluno com TEA. Isso pode incluir a simplificação de tarefas, o uso de recursos visuais, a quebra de tarefas em etapas inferiores e a utilização de estratégias de ensino estruturado.

Lembrando que cada aluno com TEA tem sua individualidade, portanto, as estratégias e preferências podem variar de acordo com suas necessidades específicas. É importante ter em mente que a adaptação do currículo deve ser um processo contínuo e flexível, atendendo às necessidades em constante evolução do aluno com TEA.

O ambiente de sala de aula deve ser organizado de maneira clara e previsível, com rotinas protegidas. Isso ajuda a reduzir a ansiedade e facilitar a compreensão e o engajamento do aluno com o transtorno do espectro autista.

É importante que se tenha a parceria com a família, pois a colaboração entre o professor e a família é essencial para apoiar o aluno com TEA. Compartilhar informações, trocar ideias e estabelecer metas de aprendizagem em conjunto ajuda a promover uma abordagem consistente e coerente em diferentes ambientes.

“O autismo ainda intriga e angustia as famílias, as quais demoram em aceitar o diagnóstico de seus filhos, pois a criança com autismo, geralmente, apresenta características fenotípicas ditas normais, sem nenhuma característica externa que possa indicar que tem este transtorno, porém enquanto algumas características se aproximam da normalidade, outras se apresentam extremamente comprometidas”. (JUNIOR; BECHOR; SANTOS, 2015, p.16).

É compreensível que as famílias possam levar algum tempo para aceitar o diagnóstico, uma vez que ele pode trazer uma série de preocupações, dúvidas e desafios. No entanto, é importante buscar apoio médico, educacional e emocional para entender melhor o autismo, obter informações precisas sobre os recursos disponíveis e iniciar procedimentos adequados para promover o desenvolvimento e o bem-estar da criança.

E o mais importante, a inclusão e respeito. O professor mediador deve promover um ambiente inclusivo, respeitando as diferenças e valorizando as contribuições do aluno com TEA. Isso inclui criar oportunidades de interação social positiva com os colegas e desenvolver atividades que estimulem o aprendizado

colaborativo. É necessário um esforço coletivo para promover uma educação inclusiva e garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso igualitário à educação. Isso requer políticas educacionais inclusivas, investimento em infraestrutura e recursos adequados, conscientização e sensibilização da sociedade como um todo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TEA (Transtorno do Espectro Autista) é um termo utilizado para descrever um grupo de desordens neurológicas do desenvolvimento da comunicação social, a interação, o comportamento e a linguagem. O termo espectro refere-se ao conjunto de desordens que inspiram características semelhantes.

Buscou-se, a partir deste trabalho monográfico um aprofundamento do tema, oferecendo diretrizes e princípios que podem orientar a prática pedagógica. Esperamos que essas considerações finais estimulem a continuidade do estudo e da implementação de abordagens inclusivas e efetivas no ensino da língua portuguesa para alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Ao concluir a presente pesquisa bibliográfica, fica evidente que o papel do professor como mediador no ensino da língua portuguesa para alunos com TEA desempenha um papel vital na promoção da inclusão e no desenvolvimento acadêmico e social desses alunos. Através de uma abordagem individualizada, estratégias diferenciadas, comunicação efetiva e parceria com a família, é possível criar um ambiente educacional inclusivo e capacitador.

É fundamental que os profissionais da educação sejam capacitados e atualizados, recebendo formação específica sobre o TEA e estratégias de ensino adequadas. Dessa forma, poderão proporcionar um ambiente educacional que promova o desenvolvimento pleno dos alunos com TEA, incentivando-os a trilhar o caminho necessário para se tornarem cidadãos críticos e participativos no futuro.

A evolução da metodologia de ensino é essencial para garantir que os alunos com deficiência possam se envolver e se beneficiar plenamente das atividades em sala de aula. Isso pode envolver a utilização de estratégias de ensino diferenciadas, o uso de recursos e materiais adaptados, a implementação de suportes individualizados e a promoção de um ambiente inclusivo, que valorize a diversidade e a participação de todos os alunos.

No entanto, é importante ressaltar que essa pesquisa foi baseada em estudos e referências bibliográficas, e a aplicação prática desses princípios requer uma adaptação contínua às necessidades e características de cada aluno com TEA. A pesquisa e o aprendizado contínuo são essenciais para o desenvolvimento de abordagens cada vez mais eficazes no ensino da língua portuguesa para alunos com

TEA, e novas pesquisas e práticas pedagógicas são necessárias para aprimorar ainda mais a inclusão educacional e o apoio aos alunos com TEA.

Portanto, concluímos que o papel do professor como mediador no ensino da língua portuguesa para alunos com TEA é crucial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Através do conhecimento, da abordagem individualizada, da comunicação efetiva, da parceria com a família e da busca contínua por capacitação, os professores podem oferecer um suporte adequado e promover o desenvolvimento linguístico, comunicativo e social dos alunos com TEA.

A trajetória da educação especial no Brasil tem sido marcada por avanços e retrocessos ao longo do tempo. A luta por uma educação inclusiva e igualitária para todos é uma busca constante em nossa sociedade, e isso envolve garantir condições de vida e oportunidades iguais para todos os indivíduos, independentemente de características como sexo, etnia, raça, cor, cultura e nível social.

A educação especial tem como objetivo principal promover a inclusão e a equidade, reconhecendo e valorizando a diversidade dos estudantes e suas necessidades individuais. Essa busca por igualdade e oportunidades igualitárias reflete a evolução da sociedade e os esforços para superar preconceitos, estereótipos e barreiras que impedem o pleno desenvolvimento e participação de todas as pessoas na educação e na sociedade como um todo.

No entanto, é importante reconhecer que ainda existem desafios a serem enfrentados e obstáculos a serem superados na área da educação especial. A falta de recursos facilita, a falta de formação e capacitação dos profissionais, a falta de acessibilidade física e digital, entre outros fatores, podem limitar o acesso e a qualidade da educação para determinados grupos.

Por fim, é fundamental continuar lutando por políticas públicas efetivas, investimentos em infraestrutura, formação de professores, adaptação de currículos e educação da sociedade como um todo. Somente assim poderemos seguir em direção a uma educação inclusiva, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial e contribuir de maneira significativa para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf> . Acesso em: 31 Junho. 2023.

_____. **Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde– CID 10**. Disponível em: <https://www.medicinanet.com.br/cid10.htm>. Acesso em 15 de maio de 2023.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso: 16 maio de 2023.

_____. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 10 de junho.

APA - American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 4th ed., Text Revision (DSM-IV-TR)**. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2000.

ANTUNES, I. **Aula de português – encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

American Psychiatry Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - DSM- IV**. (5a ed.), American Psychiatric Association, 2013.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PEDIATRIA. **Identificação, Evolução e Gerenciamento das Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo**. 2019.

ALMEIDA, Angelita Pivetta de. **O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ALUNO AUTISTA E O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**. Venda Nova do Imigrante – ES, 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. MEC/SEF, 2001.

BRASIL. **Ministério da educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em 04 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Estrangeira, 5 a., 8 a., séries**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Brasília, 2009.

BRASIL. **LBI – LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** Brasília. PLANALTO. 2015.

BRASIL. Lei Berenice Piana. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** PLANALTO. 2012.

CARARA, Mariane Lemos. **Dificuldade de Aprendizagem e Vulnerabilidade Social sob a Percepção da Comunidade Escolar.** Universidade do Sul de Santa Catarina. Pós graduação em Educação e Direitos Humanos, 2016.

DSM - V. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** (recurso eletrônico); trad. Maria Inês Corrêa Nascimento (et al). 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DSM-IV-TR - **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** trad. Cláudia Dornelles; - 4.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.**
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 de junho 2023.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em:15 de junho de 2023.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?** Ijuí, 2012 – Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/rita%20monografia.pdf?sequence=1> . Acesso em: 08 de junho 2023.

FERRARI, Ana Claudia Victorelli. **CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA AUTISTA.** 2015 | JUNHO | EDUCAR FCE | 25.

FERREIRA; Mônica M. M. ; FRANÇA; Aurenia P. **O Autismo e as Dificuldades no Processo de Aprendizagem Escolar.** Id on Line Rev. Mult. Psic. V.11, N. 38. 2017 - ISSN 1981-1179.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed.- São Paulo: Atlas, 2002.

GUEBERT, Maria Célia Castellain. **Inclusão: uma realidade em discussão.** 2. ed.rev. Curitiba: Ibpex, 2007.

HABOWSKI, Débora Laís; CAMPOS, Iris Fátima Alves. **CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIAGNÓSTICO DE AUTISMO A PARTIR DA REVISÃO DE DSM IV E V.** XX Jornada de Extensão, 2019.

JUNIOR, Francisco Varder raga; BELCHIOR, Michelle Sales; SANTOS, Sarah Teles dos. **Transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação e o atendimento educacional especializado/** - Mossoró, 2015.

KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. - Organizadoras. Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar. Brasília, Editora UnB, 2010.

LIS, Mércia da Costa. **A MEDIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Revista Educação em Foco – Edição nº 12 – Ano: 2020.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Trabalho docente e Formação de Professores de Educação Especial.** São Paulo. EPU.2000.

MERGEL, Marina. AZONI, Cíntia Alves Salgado. **TIPO DE ECOLALIA EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.** Rev. CEFAC. 2015 Nov-Dez; 17(6):2072-2080.

MUNIZ, Dinéa Maria Sobral; BOAS, Fabíola Silva de Oliveira Vilas. **A formação inicial do professor de Língua Portuguesa e aspectos de sua constituição como professor-leitor.** Revista entre ideias, Salvador, v. 6, n. 2, p. 27-44, jul./dez. 2017.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da Educação Especial no Brasil.** Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

NEY, T.; HUBNER, L. C. **Linguagem oral e escrita no autismo - TEA: perspectivas teóricas e pedagógicas.** The Specialist, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 18-35, 2022. DOI: 10.23925/2318-7115.2022v43i2a2.

NEY, Valéria Zanetti. **O ACADÊMICO DE LETRAS E A EXPERIÊNCIA COM ALUNO AUTISTA NO ENSINO REGULAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA.** SIE- XV. Seminário internacional da educação. 2018.

NASCIMENTO, F. P. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC.** Brasília: Thesaurus, 2016.

SANTOS, Jailma Oliveira. **O PAPEL SOCIAL DO ENSINO LÍNGUA PORTUGUESA.** II COHEDU- Congresso Nacional de educação. Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, 2015.

VIEIRA, João Marcos Brito. **A FORMAÇÃO DOCENTE DIANTE DOS DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: Um estudo de caso na Unidade Escolar Básica Mariana Luz.** Universidade Estadual do Maranhão. Itapecuru-Mirim, 2022.